Ano IV — Guimarães, 9 de Novembro de 1918 — Número 155

VIMARANENSE

Semanário político, literário e noticioso, órgão do Partido Evolucionista

Director, proprietário e editor — *Custódio dos Santos Lima Guimarães*

PREÇO DA ASSINATURA

Ano, sem estampilha	1$20
Semestre, idem	$60
Ano, com estampilha	1$50
Semestre, idem	$75
Africa e Brasil, por ano (moeda forte)	2$25
Número avulso	$04

Redacção, Administração, composição e impressão
Rua Elias Garcia, 40 (antiga rua de Santa Maria)

PUBLICA-SE ÁS SEGTAS-FEIRAS

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES

Anuncios e comunicados, por linha	$06
Repetição dos mesmos	$03

Anuncios permanentes, contracto especial.
As obras literarias anunciam-se gratis, recebendo-se na redacção um exemplar.
Os autógrafos, sejam ou não publicados, não se restituem.

O VENCER DUMA REVOLUÇÃO

Baixou o pano sôbre o primeiro acto da tragi-comédia que a política portuguesa vem representando, nesta hora grave da nossa nacionalidade.

Quando dela se puder fazer a história e rigorosamente se verificar quanto custou ao país uma tal aventura, justiça será feita a todos, amarrando ao pelourinho da ignomínia aqueles que não souberam encarar as tremendas responsabilidades do momento presente e manter intactas as tradições históricas da nossa raça, e glorificando os que, sem vacilar no cumprimento dos seus deveres, ao sacrifício se prestaram, antes mesmo que a pátria lho reclamasse.

Dêste verificado estado de coisas nasceu necessariamente a divisão dos espiritos, que mais fundo vincou as razões de ordem moral e de ordem política que dividiam a sociedade portuguesa e que, neste momento, mais profundamente a separa ainda.

Disse um dia João Chagas, numa carta que ficou célebre:

João Franco foi um caso de alienação mental. Só considerado como um doido êle é inteligível e, só assim, logramos compreender a sua obra.

João Franco, demente, dementou os seus amigos, ia dementando a nação. Comunicou a sua loucura a meio mundo e desencadeou a guerra civil.

Foi isto em 1908. Há dez anos apenas, e entretanto parece ir já esquecido na história!...

Sob o ponto de vista político, esqueceu, de facto, João Franco que o regime decrépito e desacreditado, que servia, só podía arrastar-se pelo favor dos partidos organizados.

Agravá-los era isolar-se; era criar o vácuo, onde fatalmente se estatelaria desamparado.

Assim foi.

Em monarquia sem monárquicos, viu-se forçado, a curto prazo, a ensaiar a ditadura do desconhecido.

Impondo ao país o seu arbítrio, provocou a dolorosa tragédia que profundamente emocionou todos os corações bem formados.

Sob o ponto de vista sociológico, a sua obsessão, quási sectarista, não lhe consentiu certamente que a sua inteligência parasse um pouco sôbre o novo poder da idade moderna, do qual o homem de sciencia e grande observador, que é Gustave Le Bon, diz:

Sôbre as ruinas de tantas ideias, outróra tidas por verdadeiras e hoje mortas, sôbre os destroços de tantos poderes sucessivamente quebrados pelas revoluções, o poder das multidões é o único que se elevou e parece que bem depressa absorverá os outros.

Agora que todas as nossas antigas crenças oscilam e desaparecem, que as velhas colunas das sociedades vão detruindo, o poder das multidões é a única fôrça que não é ameaçada e cujo prestígio vai aumentando. A idade em que vamos entrando ha de ser, na verdade, a era das multidões.

Ha apenas um século, os principais factores dos acontecimentos eram a política tradicional dos povos e as rivalidades dos povos. A opinião das multidões, na maioria dos casos, em nenhuma conta era tida; hoje são as tradições políticas, as tendencias individuais dos soberanos e as suas rivalidades que em nenhuma conta são tidas, sendo, pelo contrário, preponderânte a voz das multidões. Essa voz dicta aos reis a sua conduta e é ela a única que êstes procuram ouvir; já não é nos conselhos de príncipes, mas na alma das multidões, que se preparam os destinos duma nação.

Quem um dia se propoz a governar povos, prometendo-lhes, demais a mais, a felicidade, não póde esquecer estas verdades de sciência positiva, como todas aquelas que da observação resultam.

Um chefe de Estado, em regime monárquico ou republicano, não póde, no desempenho das suas elevadas funções, ser progressista ou regenerador; democrático, evolucionista ou unionista, e muito menos, no nosso caso, sidonista ou situacionista, cujo valor político equivale a zero.

Como chefe supremo da nação, tem de pairar muito ao de cima de todas essas correntes e de todas essas paixões, meticulosamente ponderando os seus actos e medindo as suas palavras para que não vão ferir susceptibilidade ou denunciar parcialidade de quem na vida dos partidos não deve interferír, sob pena de perder aquele respeito e aquela aura de prestígio que lhes são indispensáveis para a solução dos mais transcendentes e graves problemas nacionais.

Esquecer êstes elementares deveres é abdicar da sua alta missão, para se tornar chefe de partido. E, se nesse inconsciente resvalar se desce até á crítica e á afirmação gratuita contra as figuras mais representativas dos partidos e até do regime, que se diz servir, agravando-os na sua dignidade e na sua honra, cria-se necessariamente a incompatibilidade com os deveres do cargo e, o que é mais grave, atira-se o país para a revolução ou para a ignominia; pois que todo o chefe de Estado se diminue, diminuindo os seus governados, quando, imprudentemente desafiando o seu povo, só nêle encontra a bajulação que avilta e a cobardia que envergonha.

Foi assim que a má política dos democráticos tornou possivel o 5 de Dezembro; como a detestável política presidentista tornou inevitável, por honra e dignidade dos partidos da Rèpública e consequentemente da mesma Rèpública, a revolução apenas esboçada e, por isso mesmo, tão facilmente dominada pelos detentores da fôrça.

Aqueles ainda tiveram, a redimi-los dos seus erros, o alto serviço prestado ao país da nossa intervenção na guerra. Êstes, porém, produzindo só obra negativa, talvez por lamentável êrro de visão, quizeram completá-la com o autêntico *maior crime da nossa história oito vezes secular!*

E para isto se fez uma revolução em que se prometeu ao país uma Rèpública melhor; uma Rèpública que a todos restituisse a liberdade de pensamento e de consciencia que, sem favor, lhes era devida, como garantia da própria constituição; uma Rèpública que trouxesse a paz e a harmonia á familia portuguesa, desde há tanto tempo dividida por irredutíveis paixões de momento que á História pertencem, e que ainda é demasiadamente cêdo para sôbre elas se pronunciar; uma Rèpública, finalmente, que fôsse bem o sacrário dos principios proclamados em sucessivos anos de propaganda e que bem consubstanciasse as doutrinas da pura e insofismável democracia, que a Rèpública nos permitiu fazer sôbre as ruinas duma secular Monarquia.

Era esta, na verdade, a Rèpública que ambicionavam os partidos conservadores, tudo sacrificando á realização pacífica dêsse ideal, com assentimento duma fórte corrente, já bem acentuada a dentro do partido democrático e que as últimas eleições constitucionais tornaram evidente, constituindo, simultâneamente, indicador inicial da transição política que se vinha operando sob o inteligente e perfeito conhecimento da difícil sciência de governar homens e bem orientar partidos, em conformidade com os superiores interesses da pátria e do regime que se quer servir.

Grato nos é recordar, neste momento, que ninguem, a dentro da política portuguesa, melhor incarnou êsses princípios, servindo-os com mais abnegação e com mais desprendido alheamento pessoal e partidário, do que essa alma indefectível de patrióta e de republicano que é António José de Almeida!

Podendo ter feito uma revolução bem legítima e bem republicana, êle veio, nesse momento supremo de dôr e angústia, em que era preciso honrar os compromissos da nação e garantir e defender o nosso vasto património colonial, trazer ao homem e ao partido que mais o tinha combatido e até agravado, o beijo da paz, o abraço que como bom português á Pátria não sabia nem podia negar,

(Conclue no próximo número).

Professores primários

Chegou ontem à Inspecção Escolar a folha dos vencimentrs. Vai ser enviada para Braga, e deve estar em pagamento na próxima semana.

Consta-nos que já está organizada a do actual mês e que é amanhã enviada á Repartição competente.

Em côro

Não queremos que a nossa voz falte no geral clamor da imprensa contra a pessima, iamos a dizer, indecente instalação dos correios e telegrafos da nossa Guimarães.

Aplaudimos em absoluto o brado do nosso auspicioso colega «Gil Vicente» e desnecessario êra que nos acendesse os brios pelo que se chamaria interesses da terra e melhoramentos locais. Se ainda não haviamos acudido á chamada é que Roma e Pavia não se fizeram num dia e malharem todos ao mesmo tempo fazia um barulho de ensurdecer. Vamos malhando cada um por sua vez, senhor cada qual da oportunidade do momento. Suponhâmos que ficou para hoje a nossa primeira pancadinha. Primeira não dizemos bem, porque em matéria de correios, propriamente serviços, já por vezes temos chiado, brandinho embora. Diremos até que, em nosso juizo, foi essa uma secção dos serviços nacionais que em geral *baixou* com o advento da Rèpública, comquanto subissem os proventos e garantias dos funcionários respectivos.

Deixemos, porém, isto e vamos ao que importa, no actual momento, antes de mais nada: — arranjar-se um edificio ou propositalmente feito ou arrendado, onde se estabeleça o correio — que é uma das mais uteis e movimentadas repartições públicas.

O que aí está seria uma vergonha em Paio Pires e em Freixo, quanto mais na nossa terra. Chamar-lhe uma pocilga é pouco. E não se compreende como lá se acomodam, aos encontrões, os empregados nem como lá entra gente lavada.

Aquele microscópico e afunilado corredorzinho defronte dos miseros *guichets* onde o público se acotovela, cheirando-se, á espera das suas coisas e sem poder escrever um postal livre de curiosos, é uma coisa única, tipica, dando bem a medida da inércia vimaranense e dum grande desdem pelo que os forasteiros possam pensar de nós.

Movimentem-se, pois, os elementos preponderantes da cidade. Entre-se numa decidida e incansável campanha por outra casa do «Correio».

Cá estamos alerta!

Rectificação

Ao referirmo-nos no último número á benemerência praticada pelo nosso ilustre amigo sr. José Marques Coelho, informamos que o incansável benemérito mandára entregar aos rev.os párocos desta cidade, para êstes distribuirem por viuvas pobres das vitimas da epidemia, esmolas no valor de 15$00. Ora a verdade é que sua ex.a mandou entregar, com tal destino, precisamente o dôbro da quantia referida.

Feita a rectificação, resta-nos pedir desculpa ao nobilissimo cidadão portuense.

Ainda só lhe parece?

Escreve o nosso colega «Ecos de Guimarães» que lhe parece que vai ser elevado á categoria de Central o nosso Liceu.

Parece-lhe? E ainda vai ser? Está pior que S. Tomé.

De bom grado esclarecemos que o nosso Liceu foi, já há muito, elevado a essa categoria. Consta dum decreto que «Diário do Govêrno» publicou em 29 de Agosto de 1916, decreto que tem fóros de lei do País e não foi revogado. O 4.º artigo dessa lei estatuia que o Liceu funcionasse já de 1917 a 1818, *abrindo-se nos devidos prazos as respectivas matriculas*. Estas matriculas é que não se realizaram por bem notórias e infelizes maquinações e não obstante os esforços e a abnegação da boa gente vimaranense.

Não é, pois, *agora* que o nosso Liceu vai ser elevado a Central. Agora simplesmente foram mandadas abrir as matriculas do curso complementar, reparando-se o mal de quem as embaraçára em tempo. Nem o Govêrno poderia mandar abri-las senão num Liceu Central. Que, em nosso humilde julgar, não carecia o Reitor do estabelecimento de tal autorização. Por ventura um juís de Direito, no pleno uso de suas funções, precisa de que o ministro da Justiça o autorize a absolver ou a condenar um reu? Um paroco, com os seus papeis correntes, precisa de que o seu Bispo o autorize a dirigir as festas religiosas da sua freguezia? Nada disso. Cada autoridade tem a sua esféra de acção já determinada e regulamentada nas respectivas leis.

Por tudo isto quer-nos parecer que o nosso ilustre colega pretendia anunciar que, até ao dia 10 do corrente, estavam abertas no nosso Liceu Central (como de facto estão) as matriculas nos cursos complementares (6.º e 7.º ano) de Letras e Sciencias.

Assim está bem.

Aniversário natalicio

Faz anos na proxima segunda-feira, dia 11, o nosso excelente amigo e presado colega sr. João de Deus Pereira, activo correspondente do «Primeiro de Janeiro».

Que festeje esta data por largos anos, são os nossos melhores desejos.

Chegou á GUARDASOLARIA AVA um optimo sortido de guardasóis.

NECROLOGIA

Faleceu em Amarante, na segunda-feira última, o sr. Paulino Possidónio de Albuquerque Dias, major reformado do exército.

Tendo exercido grande parte da sua carreira na India Portuguesa, fôra integrado, após a sua vinda para a Metrópole, em infanteria 20, regimento em que serviu alguns anos e onde deixou fama de severo mantenedor da disciplina, a qual não o impediu, em muitos lances, de não poucos rasgos de extremada bondade.

Aos filhos do ilustre extinto, srs. drs. Francisco Xavier de Albuquerque Dias, advogado-notário em Famalicão e Fernando de Albuquerque Dias, delegado do procurador da República em Damão, bem como a suas cunhadas, ex.mas sr.as D. Maria e D. Emilia de Freitas Costa, virtuosas damas da nossa terra, enviamos sentidas condolências.

A SUSPIRADA PAZ

Bordeus, 7.—As' 5 horas da tarde de hoje foi assinado o armistício êntre os representantes da Alemanha e o generalissimo Foch.

No Parlamento

Porque se narra em poucas linhas e é *precioso* documento, registamos aqui o relato da sessão do dia 4 na Câmara dos Deputados e no Senado.

No Senado

A's 14 horas, occupando a presidencia o sr. Forbes Bessa, fez-se a primeira chamada, respondendo apenas oito senadores.

A's 15 é feita a segunda chamada, a que respondem 15 senadores.

Não ha número nem para approvar a acta.

O presidente marca a sessão seguinte para o dia 2 de Dezembro, devendo até então continuar o funcionamento das diversas comissões.

Dos senadores monarquicos nenhum entrou na sala.

O sr. Machado Santos, ao ouvir a data designada para a seguinte sessão, exclama:

—O' sr. presidente! Para 2 de Dezembro!? E, se eu até lá morrer da pneumónica, como hei de realisar a minha interpelação sôbre a politica geral do govêrno?!

Nos Deputados

Uma sessão tumultuosa

A's 15 horas o sr. Eduardo de Almeida manda proceder á chamada. Respondem 46 deputados.

Feita a chamada, entram na sala os srs. Carvalho da Silva e José de Azevedo Castelo Branco.

O sr. Carvalho da Silva quer invocar o regimento.

A maioria não consente. —Não pode usar da palavra. Entrou depois da chamada! —grita-se.

O sr. Carvalho da Silva teima em falar.

Os protestos recrudescem. O barulho é indescritivel.

O sr. Egas Moniz diz que quem não respondeu á chamada não tem direito de falar.

Os srs. Carvalho da Silva e Azevedo Castelo Branco gesticulam largamente, mas não se lhes ouve uma palavra. As suas vozes são sufocadas pelo barulho ensurdecedor da maioria.

O sr. presidente, pondo o chapeu na cabeça, interrompe a sessão. Contra esta resolução ha tambem protestos.

Alguns deputados saem, outros ficam fumando, acalmando-se os animos pouco a pouco.

Meia hora depois é reaberta a sessão.

O sr. Carvalho da Silva reclama desde logo a palavra para invocar o regimento e pergunta ao sr. presidente a que horas principiou a sessão.

O sr. presidente:—A's 14 horas.

O sr. Carvalho da Silva:—Não é verdade!

O sr. presidente:—A's 14 horas...

—Não é verdade! respondem os quatro deputados das bancadas monarquicas.

Da maioria:—E' verdade.

De novo ruidoso incidente se levanta.

O sr. presidente diz que ás 14 horas em ponto tomara a presidencia.

Os deputados monarquicos não se conformam.

A maioria continua protestando, havendo quem se aproxime do sr. Carvalho da Silva, intimando-o a que saia da sala.

Ouvem-se frases como estas:—Isto é uma vergonha! Ponham-no na rua! Rua! Rua!

Os deputados da oposição estão rodeados.

Em volta deles erguem-se braços ameaçadores. Parece iminente chegar-se a vias de facto.

O sr. Carvalho da Silva não cessa de falar e de gesticular.

O sr. presidente, agitando a campainha:

—V. ex.ª cala-se ou não se cala?

Aproveitando-se de um pequeno silencio o sr. presidente diz:

—Os srs. deputados que approvam a acta deixam-se estar como estão... Está approvada.

Os quatro deputados da oposição!—Não pode ser. Não está. E' uma pouca vergonha! E' contra o regimento!

A maioria está cada vez mais irritada.

O sr. Amancio de Alpoim:—Rua!! Rua! Não fazem cá falta nenhuma!

Alguns deputados, subindo á tribuna, aconselharam o sr. presidente a convidar a sairem da sala os srs. Carvalho da Silva e José de Azevedo Castelo Branco.

Entretanto um grupo de deputados, acercando-se daqueles senhores, levam-nos para fóra aos empurrões.

Uma cadeira é arremessada sobre o primeiro, mas não o atingiu.

O sr. presidente perante tão desagradavel insidente resolveu encerrar a sessão marcando a proxima para quinta-feira.

Como sintôma de zêlo pela causa pública e de pacificação da família portuguesa é de primeira ordem.

Correio das salas

Esteve em Guimarães na última quarta-feira, regressando no mesmo dia á sua casa de Braga, a ex.ma sr.ª D. Alice S. Lima Mendes, afectuosa esposa do nosso presado amigo sr. A. Teixeira Mendes.

*

Tem estado doente com a «gripe» o sr. Alvaro de Mesquita Araujo, digno recebedor proposto. Desejamos o completo restabelecimento do nosso bom amigo.

*

Na residência de seus pais, na Cruz de Argola, está perigosamente enfermo o sr. Jaime de Souza Talina, empregado comercial no Pôrto, filho do nosso presado amigo sr. Francisco Marcelino Alves Talina e de sua dedicada esposa, a sr.ª D. Maria da Conceição Souza Mota Talina, dig.ma professora oficial de Mezão-Frio. Sinceramente dssejamos as melhoras do simpático mancebo.

*

Tem estado em Guimarães, de visita ás pessoas das suas relações, o sr. José J. Gomes da Silva Couto, distinto alferes do 3.º batalhão de infantaria 8, aquartelado em Barcelos. Cumprimentamos o nosso estimado amigo.

*

Está bastante doente o nosso amigo sr. José Joaquim da Fonseca, estimado gerente da Ourivesaria Lima. Oxalá se restabeleça depressa.

Acaba de aparecer

Almanaque Bertrand

para 1919

Em brochura..... $80
Cartonado..... $100
Em marroquim..... 1$60

Livrarias Ailaud & Bertrand

RUA GARRET—LISBOA

E' do nosso presado colega *A República*, de Vila do Conde, o artigo intitulado «O vencer duma revolução», inserto neste número do *Vimaranense*.

"ATLANTICA,,

Companhia de Seguros

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Capital social.... Esc. 500.000$00
» realizado. » 50.000$00
Fundo de reserva » 150.000$00

SÉDE: LOYOS, 92—PORTO

Receita de 1914....	Esc.	36.988$03.5
» » 1915....	»	71.192$29.3
» » 1916....	»	537.897$91.6
» » 1916....	»	3.139:404$23
Sinistros pagos em 1914	E.	22.601$14
» » » 1915	»	25.903$17
» » » 1916	»	153.470$90.5
» » » 1917	»	1.423:035$74

AGENCIAS EM FRANÇA, INGLATERRA, NORUEGA SUECIA, DINAMARCA, ESPANHA E EGITO

Seguros contra fogo.—Seguros contra fogo e roubo.—Seguros contra grêves e tumultos.— Seguros agricolas. Seguros contra quebra de cristais. — Seguros de guerra. Seguros maritimos e postais. — Seguros contra inundações e enxurradas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Joaquim de Oliveira
Dr. José Maria Soares Vieira
Silvino Pinheiro de Magalhães
Dr. Leopoldo Correia Mourão
Jaime de Sousa
Directores

Agentes em todas as terras do país

Commissarios de avarias em todos os portos do mundo

DELEGAÇÃO EM GUIMARÃES

Passeio da Independencia, 102 a 10

A MUNDIAL

COMPANHIA DE SEGUROS

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital: 500:000$00 escudos

Seguros contra acidentes de trabalho
Seguros contra fôgo
Seguros de vida
Seguros de transportes
Seguros contra roubos
Seguros de cristais.

Correspondente na Corredoura (S. Torcato):

João Vasco Cardoso Guimarães.

Banco Popular Portuguez

Representante em Guimarães

JOSÉ JOAQUIM VIEIRA DE CASTRO

RUA DE S. DAMAZO—17

Realiza toda a espécie de operações bancárias. Excepcional intermediário para boa e vantajosa aplicação de capitais.

Acceita depósitos á ordem em concorrência com as caixas económicas.